

## A enunciação e os níveis de análise lingüística em dados de distúrbios de linguagem

Valdir do Nascimento Flores\*

**Resumo:** *The subject to be developed in this text concerns the notion of level of analysis mobilized when studying data of language disorders from the point of view of Linguistics of Enunciation. The question that guides the present investigation is: what can be considered a level of linguistic analysis, from the enunciative point of view, once a very specific absence of isomorphism between form and meaning can be noticed in data of language disorders?*

**Palavras-chave:** *enunciação; linguagem em desordem; níveis de análise.*

### 1. Contextualização do tema

Entre 2005 e 2008 foi desenvolvido, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o projeto de pesquisa *Linguística e o sintoma na linguagem: a instância da falha na fala*<sup>1</sup>. Com ele,

---

\* Valdir do Nascimento Flores é professor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFRGS, professor orientador do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS (Mestrado e Doutorado) e pesquisador do CNPq (Processo 303327/2007-3)

<sup>1</sup> Projeto financiado com os seguintes recursos do CNPq: bolsa de Iniciação científica, bolsa de apoio técnico, auxílio à pesquisa e bolsa de produtividade em pesquisa (PQ-CNPQ 307918/2005-3). No PPG-UFRGS, estão ligados a este projeto vários alunos de mestrado e doutorado, atuantes ao campo da Linguística, da Fonoaudiologia e da psicanálise.

buscou-se estudar diferentes distúrbios de linguagem, a partir da linguística da enunciação, com o objetivo de produzir recursos metodológicos que permitam ao fonoaudiólogo elaborar *hipóteses sobre o funcionamento da linguagem* (cf. SURREAUX, 2006) que considerem a singularidade da fala desviante de cada locutor.

O termo *hipótese sobre o funcionamento da linguagem* é proposto por Surreaux (2006a e 2006b) para nomear “a peculiaridade enunciativa de um estilo de fala que apresenta uma combinação singular” (2006b, p. 175). Para a autora, à pergunta “o que é linguagem na clínica dos transtornos de linguagem?” responde-se: “é sempre uma hipótese sobre o funcionamento”, na medida em que se trata de uma organização ímpar de linguagem.

Ponderou-se, nessa época, que a formulação de *hipóteses sobre o funcionamento da linguagem* de um locutor com distúrbios de linguagem – mesmo que isso não possa ser visto como um substituto da hipótese diagnóstica – é um procedimento essencial a todos os que se dedicam a estudar a fala com desvios. Tais hipóteses, quando levadas em conta em contexto clínico, contribuem, subsidiariamente, com as instâncias de avaliação, diagnóstico e tratamento na *Clínica dos Distúrbios de Linguagem*.

A execução do projeto *Linguística e o sintoma na linguagem* se deu a partir de um *a priori* geral, qual seja: se a linguística da enunciação, em especial na vertente benvenistiana, supõe que a organização do sistema lingüístico se realiza de forma singular na e pela enunciação – única e irrepitível – (cf. FLORES; TEIXEIRA, 2005) então essa concepção de língua parece ser relevante para abordar aquilo que “não vai bem” na fala, uma vez que os distúrbios de linguagem têm particularidades muito específicas e muito próprias a cada locutor. Essas particularidades, como se sabe, são referidas na literatura especializada em comentários gerais como: “não existe uma gagueira igual à outra”, “uma afasia, mesmo que possa ser classificada em uma taxonomia geral, é sempre diferente da outra”.

Em outros termos, uma vez admitido que a fala desviante tenha aspectos singulares, a noção de língua implicada em um estudo que os contemple deve considerar tais singularidades.

Com isso, defendeu-se, durante a elaboração do projeto, que o distúrbio de linguagem, mesmo que receba descrição geral, precisa ser visto como uma fala singular organizada, cabendo ao lingüista da enunciação descrevê-la. Observe-se que, desse ponto de vista, não cabe falar em “desorganização” do sistema lingüístico, nem em “déficits”, uma vez que, considerada a enunciação, procura-se olhar a fala sintomática como algo que tem sua lógica específica.

Dentre as conclusões que o projeto de pesquisa *Linguística e o sintoma da linguagem: a instância da falha na fala* nos permitiu formular devem ser destacadas, aqui, três que, como veremos, estão diretamente ligadas à noção de *nível de análise*, tema do presente artigo:

a. A descrição lingüística do funcionamento dos distúrbios de linguagem, ao tentar diferenciar o normal do patológico – seja recorrendo a métodos quantitativos, seja recorrendo a métodos qualitativos – não circunscreve algo que possibilite falar inequivocamente dessa diferença. Em outras palavras, os estudos lingüísticos em torno do distúrbio estudam-no sem operar deslocamento algum em seu quadro epistemológico. A lingüística não apreende o distúrbio num quadro teórico-metodológico que lhe dê *status* diferenciado. Contrariamente a isso, o que se vê é uma espécie de “normalização do dado”. Descreve-se o dado, estabelecem-se as invariâncias da mesma forma como se faria com qualquer outro dado. Não se considera que, ao se estudar dados de distúrbios de linguagem, se está frente à singularidade de fala de um sujeito.

b. A lingüística ao analisar dados – transversais e até mesmo longitudinais – ignora a figura do locutor. Os dados passam a integrar um sistema de nomeações, o da invariância, que produz apenas o “quadro” das ocorrências, a tipificação dos “erros” e a conseqüente tabulação dos dados. A lingüística evita estender os limites de sua investigação para além da repetibilidade.

c. A lingüística que pode estudar os distúrbios de linguagem de forma integrada à clínica não pode desconhecer o locutor e a singularidade de sua fala. Essa lingüística advém do campo da enunciação.

O principal deslocamento que esta visada teórica permite é a passagem de uma perspectiva que contempla o distúrbio de linguagem “em si” para uma perspectiva que o contempla relativamente ao locutor. Assim, mesmo que se fale em classificações gerais (“a” gagueira, “a” afasia, “o” desvio fonológico, etc.), uma visão enunciativa da linguagem estabelece que há marcas próprias em cada fala, que a particularizam.

Em resumo, esse primeiro projeto indicou que, para abordar os distúrbios de linguagem sem abrir mão das singularidades de linguagem do sujeito, teríamos que recorrer à lingüística da enunciação, uma lingüística que, por excelência, se preocupa com os aspectos singulares do “homem na língua”, para usar uma expressão de Benveniste.

Desse projeto nasceu um segundo – *Enunciação e distúrbios de linguagem: níveis de análise da fala sintomática*<sup>2</sup> – cujo objetivo principal é produzir um arcabouço teórico-metodológico que permita a análise de dados de distúrbios de linguagem dentro do referencial enunciativo. A preocupação desse segundo projeto é preponderantemente de natureza metodológica.

Para a construção desse arcabouço, a primeira questão que se impõe é definir qual o alcance metodológico que a noção de enunciação tem, quando aplicada a dados de distúrbios de linguagem. Seguimos aqui Benveniste que inicia seu texto *Os níveis de análise lingüística*, de 1964, afirmando:

<sup>2</sup> Cf. PQ-CNPq (Processo 303327/2007-3)

a noção de *nível* parece-nos essencial na determinação do procedimento de análise. Só ela é própria para fazer justiça à natureza articulada da linguagem e ao caráter *discreto* dos seus elementos; só ela pode fazer-nos reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo. (Benveniste, 1988, p. 127) [grifos nossos]

Assim, orientados pelo mestre, escolhemos partir da noção de *nível de análise*.

Somos, aqui, guiados por dois questionamentos: a) a enunciação é um nível da análise linguística? e b) que perspectivas há, do ponto de vista enunciativo, para o estudo dos distúrbios de linguagem?

## 2. A noção de nível de análise como um problema para o estudo enunciativo dos distúrbios de linguagem

Dentre os diferentes problemas que a linguística enunciativa formula ao lingüista, em geral, e ao que a utiliza para o estudo dos distúrbios de linguagem, em particular, este item procura aprofundar um: a noção de *nível de análise*.

O que pode ser considerado, da perspectiva enunciativa, *nível de análise linguística*? A noção de *nível* reveste-se de alguma particularidade metodológica quando pensada nesse quadro teórico? A enunciação pode, ela mesma, enquanto “ato individual de utilização” da língua (cf. Benveniste, 1988, p. 82), ser considerada um *nível de análise* a exemplo dos níveis fonológico, morfológico e sintático?

Tais questões já seriam suficientemente complexas se aplicadas á linguagem ordinária, porém, se pensadas com relação aos distúrbios de linguagem, a complexidade se amplia consideravelmente. Pensemos um pouco sobre eles.

O distúrbio de linguagem subverte o escopo metodológico da linguística, no mínimo, em dois pontos.

Em primeiro lugar, a análise linguística *stricto sensu* não é suficiente para abarcar as peculiaridades que os distúrbios de linguagem têm. Tomemos alguns exemplos dessas peculiaridades:

- Os *Déficits neuro-sensoriais auditivos (surdez e hipoacusias)* congênicas e adquiridas. Tanto a surdez profunda quanto as hipoacusias, em seus variados graus podem resultar em *distúrbios de linguagem* muito diversos e nada semelhantes entre si;
- As *Anomalias anatômicas* de caráter congênito que acarretam malformações velopalatinas, labiais, linguais e laríngeas. Os distúrbios decorrentes dessas anomalias têm especificidades muito grandes e afetam, de diferentes maneiras e em graus distintos, o sistema lingüístico de cada locutor;

- Os *distúrbios do comando e do controle da motricidade oral*. Essas disartrias – que podem ser congênicas (as cerebelosas e as atetósicas) ou adquiridas (devido a lesões neurológicas periféricas, centrais e doenças evolutivas) – caracterizam-se por uma série de aspectos que vão desde disfunções motoras de respiração até disfunções ligadas à fonação e à prosódia;
- As particularidades implicadas nas *deficiências intelectuais* congênicas ou adquiridas (casos de demências, doença de Alzheimer, etc.);
- As dificuldades de estabelecimentos de taxonomias das *afasias* adquiridas por lesões hemisféricas;
- Os quadros de *estruturação psíquica*, como o *autismo e as psicoses*;
- Os *desvios fonológicos evolutivos*, em que há um comprometimento específico dos processos fonológicos sem causa orgânica definida;
- As alterações da *fluência (gagueira, etc.)*;
- Os *retardos de linguagem* que são caracterizados por um atraso em comportamentos específicos de linguagem e que, ao se desenvolverem, acompanham a mesma seqüência do desenvolvimento normal.

Esses exemplos são suficientes para concluirmos que a análise dessas manifestações de linguagem exige do pesquisador muito mais do que as metodologias linguísticas estão habituadas a fornecer.

Em segundo lugar, é evidente que esses distúrbios de linguagem não estão circunscritos aos níveis lingüísticos comumente estudados pelas teorias linguísticas. Eles se manifestam simultaneamente nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico, apenas para citar os mais referidos na literatura.

O distúrbio de linguagem, normalmente, não é algo isolável na cadeia da fala, ele tem implicações na organização do conjunto, do sistema alguns diriam, da linguagem do locutor, o que nos leva a crer que o distúrbio de linguagem é transversal à linguagem. Logo, a divisão clássica dos níveis de análise parece não ser um *a priori* tácito.

A seguir, discutimos mais detidamente as decorrências desse raciocínio. Para tanto, é necessário, antes, apreendermos pontos da reflexão de Benveniste sobre enunciação, *níveis de análise* e relação *forma/sentido*.

### 2.1 A enunciação, os níveis de análise e a relação entre a forma e o sentido na linguagem

#### 2.1.1 A enunciação

Para Benveniste, “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989:82). Com essa afirmação, separa-se, ao mesmo tempo, o ato - objeto de estudo da *Linguística da*

*Enunciação* - do produto, isto é, o enunciado. Esse ato é o próprio fato de o locutor relacionar-se com a língua a partir de determinadas formas linguísticas da enunciação que marcam essa relação. Enunciar é transformar individualmente a língua - virtualidade - em discurso. A semantização da língua se dá nessa passagem. A enunciação, vista desse prisma, é produto de um ato de apropriação da língua pelo locutor que, a partir do *aparelho formal da enunciação*, tem como parâmetro um locutor e um alocutário. É a alocação que instaura o outro no emprego da língua.

Esse quadro teórico dá conta do processo de referenciação como parte da enunciação; isto é, ao mobilizar a língua e dela se apropriar, o locutor estabelece relação com o mundo via discurso de um sujeito, enquanto o alocutário co-referre. Conforme Benveniste, “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. (...) A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (BENVENISTE, 1989:84).

Assim, de qualquer prisma que se olhe, é preciso perceber que o *aparelho formal da enunciação* não está limitado a formas específicas, mas é integrante da língua em sua totalidade. Nesse sentido, o *aparelho formal da enunciação* é condição estrutural de utilização da língua. Justifica-se, assim, que o conceito de enunciação seja o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989:82), pois, cada vez que o locutor se apropria do aparelho formal da enunciação - e por ele se apropria da língua toda -, produz uma utilização nova e como tal irrepitível. A irrepitibilidade deve-se ao fato de que jamais tempo, espaço e pessoa - categorias fundamentais em Enunciação - podem ser perenizadas no uso da língua. E isso é Benveniste mesmo quem explica, pois “a referência é parte integrante da enunciação” (BENVENISTE, 1989:84).

O conceito de enunciação, enfim, instaura um plano da linguagem que não se reduz nem à língua nem à fala, mas que constitui ambas. A enunciação é o ato de tornar fala a língua. Benveniste procurou esboçar isso em um quadro formal dos caracteres enunciativos “no interior da língua”. O *aparelho formal da enunciação* apaga as fronteiras entre língua e fala, visto que os elementos que o constituem pertencem, concomitantemente, aos dois níveis. Esse apagamento tem uma consequência: o mecanismo da referência é único e tem estatuto enunciativo.

Assim, e em resposta às questões formuladas acima, não se pode dizer que a enunciação é um nível da análise linguística. Ela é um ponto de vista de análise. Os linguistas do campo enunciativo se interessam por fenômenos linguísticos cuja descrição implique referência ao ato de produzir o enunciado. Esses estudiosos analisam o processo (a enunciação) no produto (o enunciado). Evidentemente, o processo somente pode ser analisado a partir das

marcas que deixa no produto. Em outras palavras: a enunciação - ou melhor dizendo, a estrutura enunciativa, - é uma instância pressuposta que está na origem de todo e qualquer enunciado. Ela não é um observável em si, ela é por natureza efêmera. O que é observável são as marcas da enunciação no enunciado.

Com isso, pode-se dizer, também, que não há um mecanismo *a priori* que seja mais adequado à análise enunciativa. Conforme Flores; Teixeira (2005), qualquer fenômeno linguístico de qualquer nível (sintático, morfológico, fonológico, etc.) pode ser abordado do ponto de vista enunciativo. Assim, pode-se ver que a língua não é apenas parcialmente enunciada, o *aparelho formal da enunciação* não é um compartimento da língua. Ele pertence à língua toda. Logo, pode ser estudado na enunciação todo o mecanismo linguístico cuja realização integra o seu próprio sentido e que se auto-referencia no uso que o sujeito faz da língua.

Resumo: a enunciação não é um nível da análise linguística, mas ela se marca em todos os níveis, colocando-os em inter-relação.

### 2.1.2. Os níveis

Em *Os níveis de análise linguística*, de 1964, Benveniste considera que a exigência de procedimentos e métodos adequados à descrição linguística impõe-se ao pesquisador como forma deste dar conta dos fenômenos estudados. A noção de *nível* é, segundo Benveniste, “essencial na determinação do procedimento de análise” (BENVENISTE, 1988: 127).

O essencial da proposta de Benveniste diz respeito aos tipos de relações que ele supõe para determinar o que vem a ser *nível de análise* e aos princípios a partir dos quais a análise se configura. Para ele, “o *sentido* é (...) condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico” (p. 130). Para uma unidade ter sentido, ela deve *integrar* um nível superior. Assim por exemplo, o fonema pode ser considerado uma unidade porque integrante de uma unidade superior, o morfema.

Em suma, entre unidades do mesmo nível, têm-se relações *distribucionais*; entre unidades de níveis diferentes, têm-se relações *integrativas*.

A isso, Benveniste acrescenta a discussão em torno das noções de *forma* e *sentido*. A *forma* diz respeito às relações *distribucionais* e permite reconhecer as unidades como *constituintes*; o *sentido* diz respeito às relações *integrativas* e permite reconhecer as unidades como *integrantes*. A *forma* de uma unidade linguística é, portanto, a sua capacidade de dissociação em *constituintes* de nível inferior; o *sentido* de uma unidade linguística é, por sua vez, a capacidade de *integrar* uma unidade de nível superior. Esquemáticamente, tem-se:

## RELAÇÕES

INTEGRATIVAS	DISTRIBUCIONAIS
Permitem reconhecer unidades <i>integrantes</i>	Permitem reconhecer unidades <i>constituintes</i>
SENTIDO: capacidade de integração	FORMA: capacidade de dissociação

Quadro 1 – Relações entre unidades

O que se vê, a partir disso, é que o *nível* não é exterior à análise, mas um operador dela.

## 2.1.3 A forma e o sentido na linguagem

Em *A forma e o sentido na linguagem*, texto de 1966 dirigido a filósofos, Benveniste apresenta outra concepção de *forma*. Ele parte de uma visão primeira – segundo a qual a *forma* é ou a matéria dos elementos lingüísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal desses elementos no mesmo nível ao qual ele tange – para propor algo absolutamente diferente. Para Benveniste, “há para língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (BEN89: 239). Há a língua como *semiótica* e a língua como *semântica*. São, na verdade, *duas espécies e dois domínios do sentido e da forma*.

O modo semiótico da língua está ligado ao sistema de signos cuja significação se estabelece intra-sistema, mediante distinção; o modo semântico está ligado à atividade do locutor e implica construção de referência no agenciamento sintagmático. A *forma* no *semiótico* diz respeito ao significante, entendido como o “aspecto formal da entidade chamada signo” (BEM: 89, 225); o *sentido* no *semiótico* diz respeito às relações de oposições com os outros signos da língua, pois, no *semiótico*, “ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (BEN:89, 228).

No *semântico*, “o ‘sentido’ se realiza na e por uma forma específica, aquela do sintagma, diferentemente do semiótico que se define por uma relação de paradigma” (Benveniste, 1989: 230). Logo, no semântico, a *forma* diz respeito à organização sintagmática; o *sentido* diz respeito à idéia decorrente dessa sintagmatização. Em suma, no semântico “o sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada” (BEN89: 230).

Como se pode ver, Benveniste complexifica as relações entre *forma* e *sentido* nesse texto, uma vez que *forma* e *sentido* no *semiótico* e no *semântico* cumpriram o papel de instaurar “na língua uma divisão fundamental, em tudo diferen-

te daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala” (BEN89: 229). Esse dois sistemas – *semiótico* e *semântico* – se superpõem na língua. Ou, nas palavras de Benveniste (BEN89: 233-234):

na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa sub-unidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo. Uma descrição distinta é então necessária para cada elemento segundo o domínio no qual está encaixado, conforme é tomado como signo ou como palavra.

## 3. Enunciação, níveis de análise, forma/sentido e distúrbios de linguagem

Partimos do seguinte raciocínio: os níveis de análise lingüística parecem ter estatuto diferenciado quando estamos analisando a linguagem pelo viés enunciativo, uma vez que, na enunciação, esses níveis estão numa inter-relação de forma e sentido muito singular. Chamaremos esse mecanismo de inter-relação de forma e sentido entre os níveis de *transversalidade enunciativa*.

A título de exemplo, observemos a análise da presença do pronome indefinido *ninguém*, presente em Flores *et alii* (2008), nos dados abaixo.

*Ninguém, nem os médicos, nem a mulher, nem o presidente da República se atrevem a obrigar Covas a deixar o cargo porque se conscientizaram de que isso equivaleria a ele deixar a vida* (Zero Hora, 22/1/2001).

*Ninguém* é núcleo de sintagma anteposto ao sujeito gramatical que se apresenta como enumeração. O sujeito gramatical, em relação a *ninguém*, é um restritivo.

*Ninguém* corresponde a um conjunto de pessoas: *os médicos, a mulher e o presidente da República*. *Os médicos, a mulher e o presidente da República* restringe o sentido de *ninguém*. Deste conjunto, nenhuma das pessoas citadas é tomada como referente para *se atrever a obrigar Covas a deixar o cargo* (...).

Além desta relação *elemento/conjunto*, o sujeito gramatical apresenta a repetição de *nem* atribuindo aos elementos, como conjunto, a noção de adição e, a cada elemento, a negação. Neste sentido, *nem* também contribui para o vínculo que o sujeito gramatical mantém com *ninguém*: é o conjunto dos elementos e também não é elemento algum.

O locutor atribui destaque a *ninguém* porque é elemento primeiro no enunciado, resume a idéia principal da afirmação, pois indica que não há referente

[+humano] para *atrever-se a obrigar (...)*, e tem como restritivo um conjunto determinado.

*Ninguém é definido pelo locutor por meio de restritivo: é os médicos, a mulher e o presidente da República;* o locutor, entretanto, ao empregar *ninguém*, pela forma como organiza o enunciado e pelas relações que esta palavra mantém com as demais, destaca que *ninguém* corresponde a *nenhuma pessoa*. É a partir desta noção que constrói o enunciado. Para o interlocutor *ninguém* é definido, pois corresponde à enumeração apresentada. (Flores *et alii*, 2008, p. 107-108) [grifos nossos].

Ora, a gramática normalmente apresenta o pronome *ninguém* como indefinido, querendo, com isso, dar a entender que não se pode saber de quem (ou do que) se trata. Na análise acima, *ninguém* tem sentido definido. Essa análise, como se pode notar, não aborda a palavra isolada, mas o nível lexical está, simultaneamente, em relação com o nível sintático na enunciação. É isso que chamamos de *transversalidade enunciativa*. A enunciação é transversal à língua, ela não se encerra em um único compartimento.

Deslocando-se esse raciocínio para o estudo dos distúrbios de linguagem, perguntamos: como abordar a relação entre a forma e o sentido, uma vez que os distúrbios também se marcam transversalmente na linguagem? Em outras palavras, se um distúrbio de fluência, por exemplo, não pode ser adequadamente descrito sem que se faça referência simultaneamente a diferentes níveis da linguagem – o que estamos chamando de *transversalidade* – como podemos pensar a relação forma/sentido nesses dados?

Os distúrbios de linguagem caracterizam-se, claramente, por uma quebra específica da isomorfia<sup>3</sup> forma/sentido.

Numa acepção “ideal” da relação entre a forma e o sentido na linguagem, a descrição linguística deveria considerar dois aspectos: a) a descrição da fonologia, morfologia e sintaxe da língua e b) a essa descrição fazer corresponder o significado que as formas veiculam. Com isso, estaria posto que uma língua seria um conjunto de recursos formais que veiculam um conteúdo. Haveria, pois, isomorfia entre a *forma* e o *sentido*.

Não é necessário ir longe na observação do uso da linguagem para entender que essa “idealização” é, boa parte das vezes, uma ficção. As teorias pragmáticas da linguagem, há muito tempo, encarregaram-se de mostrar que a uma forma podem corresponder vários atos de fala, portanto, vários sentidos. São os atos indiretos de fala em que o locutor pode, por exemplo, através de uma declara-

<sup>3</sup> Conforme será explicitado adiante, esse termo recebeu múltiplas definições, em distintos quadros da linguística contemporânea. No entanto, o termo *isomorfia* é utilizado aqui num sentido muito preciso: com ele quer-se nomear as relações de correspondência biunívoca entre a forma e o sentido na linguagem.

ção do tipo “A porta está aberta” dar uma ordem do tipo “Feche a porta” (cf. KERBRAT-ORECCHIONI, 2005).

Porém, quando se estuda os distúrbios de linguagem por um viés linguístico e, especialmente, linguístico-enunciativo, salta aos olhos a dificuldade em estabelecer parâmetros de análise da relação entre a *forma* e o *sentido*.

Tomemos mais um exemplo.

A título de ilustração, observe-se a descrição feita por Flores; Surreaux; Kuhn (2005), nos dados abaixo<sup>4</sup>, acerca das relações metafóricas e metonímicas (cf. Jakobson, 1969) de um caso de ecolalia. Trata-se de uma criança de 3 anos e 5 meses com retardo de linguagem, encaminhada para tratamento pela escola em função de ecolalia. A cena apresentada tem como interlocutores F (terapeuta) e P (paciente).

- | F   | P   |
|---|---|
| 1) Tu quer <b>que eu pegue</b> um pratinho?   |   |
|   | 2) <b>Qué que eu pegue?</b>                 |
| 3) Tu quer que eu <b>pegue</b> um pratinho pra gente fazer comida pro cara?             |   |
|   | 4) <b>Pegue</b> . Um cópi.                  |
| 5) Uma jarra?   |   |
|   | 6) Tá seio di di água lá dentu.             |
| 7) Cheio de água. <b>E o cara está com sede?</b>  |   |
|   | 8) <b>U cala tá cum sedi</b> .              |
| 9) Ah, então vamos dar alguma coisa para ele beber. Tem algum copo ou xícara por aí, P? |   |
|   | 10) (...)                                   |
| 11) <b>Na jarra?</b>  |   |
|   | 12) <b>na jarra (...)</b> vamo botá as água |
| 13) Uhm-uhm. As águas, o cara pelo jeito está com muita sede!                           |   |
|   | 14) (...)                                   |
| 15) E aqui, o que é nesse prato?  |   |
|   | 16) <b>Comida de batata</b>                 |
| 17) <b>Ah que coisa boa! Uma comida com batata!</b>                                     |   |
|   | 18) <b>Bolu, bolu de socolati</b>           |
| 19) Ah, outra coisa maravilhosa, bolo de chocolate! Eu estou sentindo o cheirinho! Uhm! |   |

A ecolalia se manifesta pela repetição da fala do outro. Isso, em um primeiro momento, parece nada acrescentar ao que já é sabido acerca desse fenômeno; no entanto, no funcionamento enunciativo dessa ecolalia pode-se ver que, se por um lado, a repetição de (2) *qué que eu pegue?* está na dependência de (1), *Tu qué que eu pegue um pratinho?*, por outro lado, a repetição de (1) em (2) é

<sup>4</sup> Dados retirados do Banco de Dados *Enunciação e Sintoma na Linguagem* (ENUNSL).

parcial. Nesse sentido, pode-se dizer que P repete parcialmente a fala de F.

Ora, se P repete parcialmente, é porque fez um recorte na fala de F e tal recorte pode ser visto como uma singularidade enunciativa da fala de P. O que se percebe é que essa “repetição parcial”, na situação de enunciação, é, na verdade, tudo o que P conseguiu falar. O ato de recortar impede de pensar que P simplesmente repetiu a fala de F. Não foi uma mera repetição; foi a repetição de uma parte da fala de F.

Há uma espécie de “fixação” metonímica de P na fala de F. A parte da fala de F é a totalidade da fala de P. E, por ser tomada como toda por P, mostra não se tratar de mera repetição, mas de repetição recortada da voz do outro, uma possibilidade de enunciação para P. Pode-se considerar, neste caso, que a ecolalia de P está ancorada na metonímia da voz do outro. O mesmo ocorre com *pegue*, em (4); *U cala tá cum sedi*, em (8); *na jarra*, em (12).

Em (16), *comida de batata*, e (18) *bolu, bolu de socolati*, não se percebe o mesmo funcionamento. São enunciações que não repetem a fala do outro; são produções singulares de P. Isto é, não há a “fixação metonímica”. Ao contrário disso, há a substituição, mecanismo próprio à metáfora.

Considerada essa descrição, se pode chegar, ao menos, a duas conclusões:

- a) a ecolalia de P não é apenas uma repetição das palavras de F: ela tem um funcionamento metonímico e, nesse caso, comporta recorte. Onde há recorte, há sujeito, logo, há possibilidade de criação;
- b) o funcionamento da ecolalia de P tem na metonímia uma base para a produção da continuidade do diálogo

Esse exemplo permite ilustrar o que se quer dizer ao afirmar que a noção de *nível de análise* e a relação forma/sentido no estudo de dados de distúrbios de linguagem é de natureza muito específica.

O aspecto que foi enfatizado na análise acima – aspecto este aqui entendido como um funcionamento metonímico da ecolalia de P – levou em consideração a simultaneidade dos níveis lexical, sintático, semântico na situação enunciativa em questão. Ou seja, admitir que a linguagem de P tem esse funcionamento é consubstancial a admitir uma visada não linear dos dados.

Isso apenas pode ser feito se se leva em conta que a enunciação converte a língua em discurso e faz isso promovendo uma relação singular entre a forma e o sentido. Enunciar é, nesses termos, consubstancial a promover uma relação forma/sentido em uma dada situação.

#### 4. Conclusões

Enfim, em termos de encaminhamento, reiteremos as perguntas formuladas no decorrer deste texto para tentar respondê-las, mesmo que de maneira ainda

incipiente e provisória. Na verdade, fizemos questionamentos que podem ser distribuídos em dois grupos, de naturezas complementares.

No primeiro grupo, estão as perguntas relativas à noção de *nível de análise lingüística* no escopo da teoria enunciativa. As perguntas formuladas foram basicamente as seguintes: *o que pode ser considerado, da perspectiva enunciativa, nível de análise lingüística?* Ou mais especificamente: *a noção de nível reveste-se de alguma particularidade metodológica quando pensada no quadro teórico enunciativo?* Ou também: *A enunciação pode, ela mesma, enquanto “ato individual de utilização” da língua* (cf. BENVENISTE, 1988, p. 82), *ser considerada um nível de análise a exemplo dos níveis fonológico, morfológico e sintático?*

No nosso entendimento, a enunciação não é um nível de análise lingüística, ela é um ponto de vista de análise que incide em cada um dos níveis separadamente e/ou em inter-relação.

O segundo grupo de questionamentos reúne perguntas feitas em torno da vocação metodológica que há na teoria enunciativa para a análise de dados de distúrbios de linguagem. Perguntamos: se a noção de nível de análise lingüística parece ter estatuto diferenciado na teoria enunciativa como pode ser abordada a relação entre a forma e o sentido em dados de distúrbios de linguagem? Ou ainda: *como podemos pensar a relação forma/sentido na transversalidade enunciativa?*

Quanto a isso, cabe considerar que, em dados de distúrbios de linguagem, facilmente se percebe que um elemento lingüístico – uma palavra, por exemplo – pode ser considerado estável do ponto de vista do locutor que o enuncia sem, no entanto, ser reconhecível pelo interlocutor. Isso pode significar que um signo aparentemente sem valor pode implicar o não entendimento global do enunciado no qual se insere. Ou seja, um “problema” de reconhecimento do léxico, portanto, originado em um nível de análise, o lexical, produz um “problema” de reconhecimento global do enunciado, que pertence a outro nível, o do enunciado. Fenômenos dessa natureza são muito comuns em afasias, por exemplo.

Essa inter-relação entre os níveis não é estranha a Benveniste. Diz ele: “a transição de um nível ao seguinte põe em jogo propriedades singulares e desapercibidas. Pelo fato de serem discretas, as entidades lingüísticas admitem duas espécies de relação: entre elementos de mesmo nível ou entre elementos de níveis diferentes” (BENVENISTE, 1988:133). Parece que o próprio Benveniste prevê que consideremos as projeções de níveis entre si sem nos determos apenas nas relações internas a um nível.

Acreditamos que pensar também como as mudanças de nível afetam a fala e como as alterações em um nível têm efeitos em outros níveis, o que precisa ser feito na instância enunciativa.

Logo, o a enunciação é, em nossa perspectiva, sempre transversal e nunca linear. Ela releva de uma inter-relação entre os níveis canonicamente

## Bibliografia

- BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, Pontes, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, Pontes, 1989
- FLORES, Valdir do Nascimento *et alii*. *Enunciação e gramática*. São Paulo, Contexto, 2008.
- FLORES, V; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo, Contexto, 2005.
- FLORES, V; SURREAUX, L; KUHN, T. Enunciação e sintoma de linguagem: um estudo sobre as relações metafóricas e metonímicas. *Calidoscópio*, São Leopoldo/RS, UNISINOS, Vol. 3, n. 2, p. 110-117, maio/ago. 2005
- JAKOBSON, R.. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: \_\_\_\_\_. *Linguística e comunicação*. 2ª ed. São Paulo, Cultrix. p. 34-62. 1969
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. O pedido: pergunta e solicitação. In: \_\_\_\_\_. *Os atos de linguagem no discurso: teoria e funcionamento*. Niterói, Ed. UFF, 2005.
- SEARLE, J.R.. *Les actes de langage*. Paris, Herman, 260 p. 1972.
- SURREAUX, Luiza Milano. *Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem*. Tese de doutorado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Hipótese sobre o funcionamento da linguagem. *Organon*, Porto Alegre: Ed. da UFRGS. N.40/41, p. 157-177, jan-dez.2006b

## Um estudo da produção escrita de gênero acadêmico introdução de trabalhos de conclusão de curso da área de administração em sistemas e serviços de saúde

Lucia Rottava

**Resumo:** *This article analyses nineteen introductions from final year undergraduate students' dissertations in the BSc in System and Health Service Administration at a university in south of Brazil. It analyses the rhetoric movements (SWALES, 1990), and (meta)discursive resources (HYLAND, 2004) used by the authors of these dissertations. The analysis considered aspects related to the rhetoric movement that guide an introduction in an academic work used by the author to direct both the text and the reader. The results indicated that the rhetoric movements recurrent include the importance given to the topic to be investigated and the objectives that guide the research. Concerning discursive resources, the results suggested that the ones used were to exemplify, illustrate or group arguments about the theme.*

**Palavras-chave:** *gêneros acadêmicos; introdução; trabalho de conclusão de curso; administração em sistemas e serviços de saúde; saúde pública.*

### 1. Introdução

Este artigo se insere nas reflexões a respeito de gêneros textuais acadêmicos, compreendidos na abordagem de competência profissional (SWALES, 1990).

---

Lucia Rottava é Professora Adjunta de Língua Portuguesa na UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.